

O xis da questão

MARINA SILVA

Em dois dias seguidos, 28 e 29 de janeiro, a questão ambiental no Brasil retomou fôlego na mídia, por meio das repercussões da apresentação, pelo governo federal, dos dados sobre o desflorestamento na Amazônia e da aprovação da Lei Ambiental na Câmara.

Ambos os episódios têm sido objeto de polêmica, e é preciso encontrar a sua lógica comum. Em que esclarecem o que está acontecendo na relação do país com seu enorme e único cacife ambiental? Estamos evoluindo? Retrocedendo? Andando em círculos?

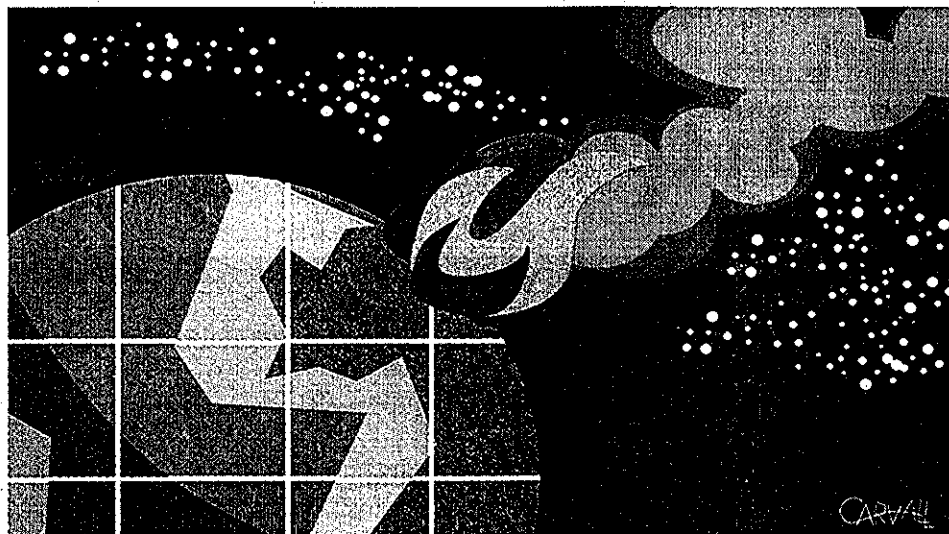
No caso dos dados sobre desflorestamento, nota assinada pelas conhecidas e respeitadas ONGs Amigos da Terra, SOS Mata Atlântica, Greenpeace, Grupo de Trabalho Amazônico e Instituto Socioambiental alinha pontos que mostram quão equivocada é a tentativa do governo de fazer uma leitura otimista da queda de índices de perda de floresta ocorrida em 1995/96.

Não se pode fazer mágica política; não é promissora a perda, em um ano, de uma área florestada correspondente à soma de Sergipe com o Distrito Federal. Além disso, a situação é gravíssima se considerarmos que o total de área desmatada até hoje já equivale a mais que dois Estados de São Paulo de floresta amazônica postos abaixo. E 11% desse total concentra-se no período que corresponde ao atual governo.

Goste ou não, este governo está à frente de um desorientado processo de desenvolvimento, calcado no avanço irracional, no curto prazo, sobre recursos naturais privilegiados, em benefício de poucos e em detrimento de melhores condições de vida para todos.

Ele é o herdeiro e o ator principal dessa realidade. Cabe-lhe decidir se tem a capacidade histórica de reconhecer o tamanho da responsabilidade e encará-la, não como mera atitude de preservacionismo ecológico, mas como a tarefa de propor, garantir e implementar um modelo de desenvolvimento compatível com todo o conhecimento sobre a importância da maior floresta do planeta. Pode também decidir "enrolar" um pouco e passar o mico da Amazônia adiante, como tantos já fizeram.

Até o momento, a análise do comportamento governamental aponta para a mesma hipótese, mas deve-se reconhecer que o jogo não está encerrado. Que fazer para mudar? Em primeiro lugar, não repetindo, como aconteceu na apresentação dos dados, a tentativa



de capitalização casuística e simplista de resultados, retirados de sua complexidade e de seu grave significado.

A aprovação da Lei Ambiental foi positiva para o país; um avanço para tornar mais efetiva a proteção ao meio ambiente. O texto final, que envolve enorme trabalho do Congresso e da sociedade civil, com a colaboração de setores especializados do Executivo, acabou fortemente marcado pelo acordo feito, na reta final, entre o governo, as confederações da agricultura e da indústria e a bancada evangélica.

Nesse processo, perdeu dispositivos importantes. Entre eles, exatamente os que apontavam para a responsabilização social dos principais usuários de recursos naturais com finalidades econômicas. Foram eliminados quase todos os dispositivos que puniam pessoas jurídicas e funcionários públicos envolvidos ou coniventes com degradação.

Além disso, o acordo incluiu o compromisso do presidente de vetar outros itens que, por razões regimentais, não puderam ser eliminados no Congresso. Nele está a incrível promessa presidencial de vetar o artigo que estabelece a responsabilidade objetiva. Ela determina a reparação dos danos ambientais independentemente da existência de culpa do agente da degradação.

Isso significa que, mesmo se o poluidor alegar não-intencionalidade, o dano existe, é de responsabilidade dele e deve ser reparado. É um princípio consagrado nas leis internacionais e está na nossa lei 6.938. O presidente está consciente de que prometeu um enorme retrocesso, que só interessa a quem quer continuar a degradar, escudado na desculpa de que "não teve intenção"?

Enfim, juntemos os fios da meada. De um lado, a tentativa de apresentar como positivos dados que revelam uma

situação gravíssima de perda de florestas no país. De outro, uma negociação polêmica, que levou a perdas importantes na Lei Ambiental. Qual é a lógica comum que preside a essas atitudes?

A hipótese mais preocupante é a de que a área de meio ambiente não tem, para o governo, importância sedimentada, em si ou na arquitetura governamental como um todo. Daí a facilidade de entregar anéis e, em alguns casos, até os dedos; também a tendência a fixar-se nos ganhos que o meio ambiente representa para o discurso oficial ou para aliviar pressões externas.

O modelo de negociação mostrado na Câmara também assusta. Os negociadores estão mais preocupados em cumprir o dever de casa — fazer a vontade dos "aliados" — do que em negociar mesmo, na acepção mais digna do termo, com todos os setores interessados e preparados para a interlocução.

No fundo, o que todas essas idas e vindas na área ambiental revelam de mais estrutural é que não há no país uma concepção sistematizada de desenvolvimento. Se houvesse, um dos primeiros pontos a ser equacionados, de maneira integrada, coerente e sequencial, seria justamente o uso do patrimônio ambiental.

À falta dessa concepção, anda-se de pacote em pacote, em espasmos políticos. Agora mesmo, mais um foi lançado, com 13 pontos. Para cada um desses pontos, porém, existe um mundo de precondições ou ligações que, conforme mostra a experiência, tendem a não ser satisfeitas ou feitas.

É uma tendência que só a consciência da sociedade e uma determinação clara dos governos podem resolver. Ou seja, é preciso existir uma opção de desenvolvimento na qual todas as vertentes específicas se encontrem e façam sentido. Esse é o xis da questão.

Marina Silva, 39, historiadora, é senadora pelo PT do Acre e membro titular da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Foi fundadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Acre.

O governo parece ter decidido "enrolar" um pouco e passar o mico da Amazônia adiante, como tantos já fizeram